



**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
PROCESSO SELETIVO PARA INGRESSO NO
3º PROGRAMA DE ESTÁGIO EM PÓS-GRADUAÇÃO**

ÁREA: DIREITO

INSTRUÇÕES

1. Escreva seu nome e número de inscrição, de forma legível, no local indicado abaixo:

Nome: _____ Inscrição: _____

2. A duração da prova é de 4 (quatro) horas.
3. A prova é composta de 20 questões objetivas de múltipla escolha + 2 questões discursivas. Cada questão discursiva deve ser respondida em no máximo 30 (trinta) linhas.
4. Ao receber a ordem do Fiscal de Sala, confira este caderno com atenção, pois nenhuma reclamação sobre falhas de impressão ou questões faltantes serão aceitas após o início da prova.
5. A correta utilização do Cartão Resposta e da Folha de Redação é de inteira responsabilidade do candidato. Não serão fornecidos Cartão Resposta e/ou Folha de Redação substituto(s) ao candidato.
6. Ao preencher o Cartão Resposta, cada questão está representada pelo seu respectivo número. Utilize apenas caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente, em toda a área correspondente à alternativa de sua escolha, sem ultrapassar as bordas.
7. Não serão computadas questões não respondidas (falta de marcação no Cartão Resposta), nem questões que contenham mais de uma resposta marcada, rasura ou emenda, ainda que legível.
8. Durante a prova, não será admitido nenhum tipo de consulta ou comunicação entre candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer equipamento (celular, calculadora, relógio, rádio).
9. Caso o candidato utilize-se de qualquer meio fraudulento durante a execução da prova, a critério da Comissão de Concurso, será eliminado do certame.
10. Ao terminar a prova, o candidato deverá entregar ao Fiscal de Sala o Caderno de Questões, o Cartão Resposta e a Folha de Redação.
11. Será permitido ao candidato levar consigo o Caderno de Questões, desde que nos últimos 30 (trinta) minutos finais, antes do término da prova.
12. O candidato que se retirar do local de prova não poderá retornar em hipótese alguma.

PROCESSO SELETIVO PARA INGRESSO NO 3º PROGRAMA DE ESTÁGIO EM PÓS-GRADUAÇÃO DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO PARÁ

01. A proposta de emenda constitucional não pode ser proposta:

- a) pelo Presidente da República;
- b) por um terço dos membros da Câmara dos Deputados;
- c) por um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles;
- d) por mais da metade das Assembleias Legislativas estaduais, mediante a manifestação da maioria relativa de seus membros.
- e) por dois quintos dos membros do Congresso Nacional, em sessão conjunta, manifestando-se pela maioria simples.

02. Relativamente aos direitos de nacionalidade, é correto afirmar que:

- a) podem se naturalizar brasileiros os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira;
- b) os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, podem requerer lhe sejam conferida nacionalidade brasileira originária;
- c) A lei não poderá estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados, inclusive para fins do exercício de direitos políticos, bem como para fins de extradição de nacional;
- d) O cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça não é privativo de brasileiro nato.
- e) A Constituição prevê que os brasileiros naturalizados, em qualquer hipótese, podem ser extraditados, independentemente da data e da natureza do crime praticado.

03. Assinale a alternativa correta sobre a repartição de competências na Federação brasileira, de acordo com a Constituição Federal:

- a) Cabe privativamente à União legislar sobre meio ambiente, sendo vedada a participação dos Estados e dos Municípios nesse campo normativo.
- b) Compete aos Estados organizar-se mediante Constituição Estadual, observados os princípios estabelecidos na Constituição Federal, não lhes sendo permitido legislar sobre matéria de competência concorrente.
- c) A União, os Estados e o Distrito Federal podem legislar concorrentemente sobre proteção ao meio ambiente e responsabilidade por dano ao meio ambiente.
- d) É vedado aos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local, pois essa matéria é de competência exclusiva da União e dos Estados.
- e) A criação de Territórios Federais depende de iniciativa dos Estados-membros interessados e de autorização do Senado Federal.

04. O CPC-15 trouxe uma parte geral, na qual prevê normas fundamentais do processo civil, dentre as quais se destacam:

- I – princípio da inércia da jurisdição;
- II – inafastabilidade de apreciação de ameaça ou lesão a direito, sem qualquer exceção;

PROCESSO SELETIVO PARA INGRESSO NO 3º PROGRAMA DE ESTÁGIO EM PÓS-GRADUAÇÃO DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO PARÁ

III – duração razoável do processo, inclusive da atividade satisfativa;

IV – princípio da cooperação;

V – vedação às decisões surpresas;

VI – obrigatoriedade de atendimento à ordem cronológica de conclusão para proferir sentenças ou acórdãos.

Estão corretas:

a) As alternativas I, II, III e V.

b) As alternativas I, IV, V e VI.

c) As alternativas I, II, III, e IV.

d) As alternativas I, III, IV e V.

e) As alternativas II, III, IV e VI.

05.A respeito da produção antecipada da prova, é incorreto afirmar que:

a) A produção antecipada da prova não previne a competência do juízo para a ação que venha a ser proposta.

b) O juiz da produção antecipada de prova não se pronunciará sobre a ocorrência ou a inoccorrência do fato, nem sobre as respectivas consequências jurídicas.

c) Os interessados poderão requerer a produção de qualquer prova no mesmo procedimento, desde que relacionada ao mesmo fato, salvo se a sua produção conjunta acarretar excessiva demora.

d) Neste procedimento, não se admitirá defesa ou recurso, salvo contra decisão que indeferir total ou parcialmente a produção da prova pleiteada pelo requerente originário.

e) A produção antecipada da prova é cabível quando haja fundado receio de que venha a se tornar impossível ou muito difícil a verificação de determinados fatos no futuro.

06. É competente o foro:

a) De domicílio do alimentante, para a ação em que se pedem alimentos.

b) Do lugar onde está a sede, para a ação em que for autora pessoa jurídica.

c) Do lugar do ato ou fato, para a ação de reparação de dano.

d) De domicílio do autor ou do local do fato, para a ação de reparação de dano sofrido em razão de delito ou acidente de veículos, com exceção de aeronaves.

e) Do foro do domicílio do réu, exclusivamente, em qualquer das hipóteses de responsabilidade civil contratual ou extracontratual.

07. Em tema de improcedência liminar do pedido, marque a alternativa incorreta:

a) Nas causas que dispensem a fase instrutória, o juiz, independentemente da citação do réu, julgará liminarmente improcedente o pedido que contrariar enunciado de súmula de tribunal de justiça sobre direito local;

b) Pode o juiz julgar liminarmente improcedente o pedido se verificar, desde logo, a ocorrência de decadência ou de prescrição;

c) O réu será intimado do trânsito em julgado da sentença apenas se não for interposta apelação;

d) É dado ao juiz retratar-se apenas se interposta apelação;

PROCESSO SELETIVO PARA INGRESSO NO 3º PROGRAMA DE ESTÁGIO EM PÓS-GRADUAÇÃO DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO PARÁ

e) Interposta a apelação, o réu será citado para apresentar defesa e, então, o juiz exercerá juízo de retratação.

08. Acerca da proteção do consumidor em juízo, assinale a alternativa correta:

- a) Consideram-se interesses difusos os transindividuais, de natureza indivisível, de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base.
- b) Consideram-se interesses coletivos em sentido estrito os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato.
- c) Consideram-se interesses individuais homogêneos os transindividuais, de natureza indivisível, decorrentes de origem comum.
- d) É admissível toda e qualquer espécie de ação capaz de propiciar a adequada e efetiva tutela dos direitos dos consumidores.
- e) A defesa coletiva dos consumidores restringe-se exclusivamente aos interesses difusos, não sendo cabível para interesses coletivos em sentido estrito ou individuais homogêneos.

09. Dentre as matérias abaixo, não devem receber tratamento por lei complementar:

- a) As regras sobre lançamento, crédito, prescrição e decadência tributários.
- b) A disposição sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre os entes federativos.
- c) A definição, relativamente aos impostos sobre os quais trata a Constituição, seu fato gerador, alíquota e base de cálculo.
- d) A fixação de normas gerais em matéria de legislação tributária.
- e) O adequado tratamento tributário ao ato cooperativo, praticado pelas sociedades cooperativas.

10. Sobre o conceito de tributo (art. 3º do CTN), é correto afirmar que:

- a) Pode veicular caráter punitivo.
- b) É prestação desvinculada da prática de ato ilícito.
- c) A atividade administrativa de sua cobrança comporta a análise de conveniência e oportunidade.
- d) Pode ser utilizado com efeito de confisco.
- e) Não depende de lei específica para sua instituição, bastando ato normativo infralegal expedido pela autoridade administrativa competente.

11. A respeito dos institutos da imunidade tributária e da isenção tributária, pode-se afirmar que:

- a) As imunidades possuem previsão constitucional, enquanto as isenções, previstas na legislação infraconstitucional, representam causas de extinção do crédito tributário.
- b) Possuem, como principal traço distintivo, o fato de as imunidades encontrarem previsão constitucional, enquanto as isenções recebem tratamento por atos normativos infraconstitucionais.
- c) São institutos de idêntica natureza jurídica, eis que representam causas de exclusão do crédito tributário.
- d) As imunidades se referem tão somente a aspectos objetivos da tributação, enquanto as isenções consideram o elemento objetivo do fato gerador.

PROCESSO SELETIVO PARA INGRESSO NO 3º PROGRAMA DE ESTÁGIO EM PÓS-GRADUAÇÃO DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO PARÁ

e) A imunidade, diferentemente da isenção, pode ser concedida por ato administrativo discricionário, observados os requisitos legais aplicáveis.

12. Sobre a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB – DL 4.657/42), assinale a alternativa correta:

- a) É vedada a aplicação de analogia e dos costumes na ausência de norma específica, diante da necessidade de segurança jurídica.
- b) A LINDB não se preocupa em tratar sobre a aplicação das leis no espaço.
- c) A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.
- d) A lei do domicílio do *de cujus* regula a capacidade para suceder.
- e) As decisões administrativas devem sempre observar exclusivamente os princípios gerais do direito, sendo vedado considerar as consequências práticas da decisão.

13. Sobre o tema das obrigações, é correto afirmar que:

- a) Nas obrigações alternativas, a escolha cabe ao credor, se outra coisa não se estipulou.
- b) A obrigação é indivisível somente quando a prestação tem por objeto uma coisa ou um fato não suscetíveis de divisão, por sua natureza.
- c) A obrigação solidária pode ser pura e simples para um dos co-credores ou co-devedores, e condicional, ou a prazo, ou pagável em lugar diferente, para o outro.
- d) Se, havendo dois ou mais devedores, a prestação for divisível, cada um será obrigado pela dívida toda.
- e) A solidariedade presume-se na obrigação, salvo disposição expressa em contrário ou quando decorrer da natureza da obrigação.

14. Acerca da disciplina jurídica das pessoas naturais e das pessoas jurídicas no ordenamento brasileiro, assinale a alternativa correta:

- a) A personalidade civil da pessoa natural começa com a concepção, nos termos do Código Civil, sendo, desde então, sujeito pleno de direitos e deveres na ordem civil.
- b) O início da personalidade da pessoa jurídica ocorre com a elaboração do seu estatuto ou contrato social, independentemente de registro, desde que haja início efetivo de suas atividades.
- c) É absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil aquele que, por causa transitória, não puder exprimir sua vontade.
- d) A lei assegura aos nascituros, desde a concepção, os direitos da personalidade, sendo-lhes garantida, por exemplo, proteção à honra, imagem e integridade física, ainda que dependente de nascimento com vida para aquisição da personalidade.
- e) As fundações são pessoas jurídicas de direito privado que dependem exclusivamente da vontade do instituidor, não se exigindo aprovação ou fiscalização do Ministério Público quanto às suas finalidades.

15. Acerca dos atos administrativos, assinale a alternativa correta, especialmente quanto à revogação, anulação e convalidação:

PROCESSO SELETIVO PARA INGRESSO NO 3º PROGRAMA DE ESTÁGIO EM PÓS-GRADUAÇÃO DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO PARÁ

- a) A anulação de ato administrativo, assim como nos negócios jurídicos de direito privado, cabe exclusivamente ao Poder Judiciário, não sendo possível sua realização pela Administração Pública.
- b) Independentemente de comprovação de má-fé, o direito da Administração de anular ato ilegal decai em cinco anos contados da data da prática do ato, findo o qual não poderá mais ser anulado.
- c) O prazo para a Administração anular ato administrativo que gere efeitos patrimoniais começa a contar a partir do momento em que ela toma ciência da ilegalidade do ato.
- d) Um ato administrativo que contenha vícios sanáveis pode ser convalidado pela Administração, desde que não prejudique o interesse público, não sendo necessária sua anulação.
- e) A revogação de ato administrativo ilegal é obrigatória, pois a Administração não pode manter qualquer ato que contenha vício de legalidade, ainda que este atenda ao interesse público.

16. Sobre a intervenção do Estado na propriedade, julgue as afirmativas abaixo.

- I - A limitação administrativa é uma modalidade de intervenção do Estado na propriedade que gera restrições de caráter geral e abstrato, que atingirão o caráter absoluto do direito de propriedade.
- II - Servidão administrativa é um direito real público, o qual autoriza o Poder Público a usar a propriedade imóvel para permitir que haja a execução de obras ou de serviços que sejam de interesse público.
- III - É permitida a ocupação temporária, a qual será indenizada por ação própria. E essa ocupação poderá se dar com terreno não edificado que sejam vizinhos às obras e necessários à sua realização.
- IV - Requisição administrativa é um ato administrativo unilateral, o qual é auto executório, consistindo na utilização de bens e serviços particulares pela administração, por conta de perigo público iminente ou guerra, sendo posteriormente cabível indenização, se houver dano.

Assinale a alternativa que correspondente a análise correta das afirmações apresentadas:

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas I, II e IV estão corretas
- c) Apenas as afirmativas I, III e IV estão corretas.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Todas as afirmativas estão erradas

17. Assinale a afirmativa correta no que concerne aos serviços públicos, considerando seu conceito, elementos constitutivos, formas de prestação, meios de execução, princípios e classificação:

- a) A delegação de serviços públicos ao particular corresponde ao modelo de descentralização por colaboração.
- b) A legislação brasileira comporta o pagamento de taxa e veda a cobrança de tarifa na prestação de serviços públicos.
- c) Os serviços públicos são sempre *uti universi*, já que a Constituição Federal veda a prestação de serviços *uti singuli*.
- d) Na desconcentração, temos a prestação de serviços públicos realizada pelas empresas públicas e autarquias.
- e) O conceito de serviços públicos está muito bem delimitado na doutrina, sendo definido de modo unânime pelos autores.

18. O Ministério Público ajuizou ação civil pública contra a indústria Alfa, que operava sem licença ambiental e causava poluição no rio ribeirinho próximo ao seu local de instalação. A ação também foi movida contra o proprietário do imóvel alugado à referida empresa. No que se refere à responsabilidade civil pelo dano ambiental, o proprietário do imóvel locado:

- a) responde solidariamente, porque descumpriu o dever de segurança e de preservação ambiental da propriedade.
- b) responde subsidiariamente, nos limites do valor do contrato celebrado com a locatária.
- c) responde civilmente, apenas em caráter subsidiário, na hipótese de a indústria locatária não possuir bens suficientes.
- d) não responde civilmente, visto inexistir nexo de causalidade entre o dano ambiental comprovado e a sua posição de mero proprietário do bem locado.
- e) O proprietário do imóvel somente poderá ser responsabilizado se for comprovado que participou diretamente da atividade poluidora desenvolvida pela empresa locatária.

19. Em matéria de direito ambiental, assinale a opção correta, de acordo com o disposto na Constituição Federal.

- a) A proteção jurídica fundamental do meio ambiente ecologicamente equilibrado é estritamente antropocêntrica, uma vez que se considera o bem ambiental um bem de uso comum do povo.
- b) Além de princípios e direitos, a Constituição Federal prevê ao poder público e à coletividade deveres relacionados à preservação do meio ambiente.
- c) Será inválida a criação de espaços territoriais ambientalmente protegidos por ato diverso da lei em sentido estrito.
- d) O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado consta expressamente na Constituição Federal como direito fundamental, caracterizando-se como direito absoluto.
- e) A Constituição Federal não contempla a responsabilização penal da pessoa jurídica por danos ambientais, limitando-se à esfera civil e administrativa.

20. A Política Nacional do Meio Ambiente, instituída pela Lei nº 6.938/1981, dispõe sobre diversos instrumentos para a proteção e melhoria da qualidade ambiental no Brasil. Com base nessa lei, assinale as alternativas corretas:

- I. O licenciamento ambiental é um procedimento administrativo preventivo que condiciona a instalação, ampliação e operação de empreendimentos utilizadores de recursos ambientais à autorização prévia dos órgãos ambientais competentes.
 - II. O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) são exigidos para empreendimentos e atividades que envolvam qualquer tipo de impacto ambiental.
 - III. A educação ambiental é um instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente que visa sensibilizar a população para a importância da proteção e recuperação do meio ambiente.
 - IV. A compensação ambiental é um instrumento que visa reparar integralmente os danos ambientais causados, podendo ser realizada em áreas distintas daquelas diretamente afetadas.
 - V. O Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) é composto por órgãos públicos dos entes federativos, não incluindo a participação da sociedade civil.
- a) Apenas I, II e III estão corretas.

PROCESSO SELETIVO PARA INGRESSO NO 3º PROGRAMA DE ESTÁGIO EM PÓS-GRADUAÇÃO DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO PARÁ

- b) Apenas I, III e IV estão corretas.
- c) Apenas II, IV e V estão corretas.
- d) Apenas III, IV e V estão corretas.
- e) Todas as assertivas estão corretas.

QUESTÕES DISCURSIVAS

1. Estudo de Caso – Responsabilidade Contratual e Extracontratual do Estado.

Estado do Pará celebrou contrato administrativo com a Construtora Delta para a reforma de uma ponte urbana, essencial para o tráfego intermunicipal. Durante a execução, a empresa utilizou materiais de qualidade inferior aos especificados no edital, resultando no desabamento parcial da estrutura após 06 (seis) meses da entrega. O acidente causou danos materiais a veículos, ferimentos a motoristas e interrupção prolongada do trânsito. Investigação técnica apontou falha na fiscalização estadual, que não verificou a substituição irregular dos materiais. A Construtora Delta declarou insolvência após o fato, inviabilizando ações de ressarcimento contra ela.

Considerando o caso concreto:

- a) Discorra acerca da responsabilidade contratual e extracontratual do Estado, indicando os fundamentos legais de cada modalidade, nos termos da Constituição Federal de 1988 e da Lei nº 14.133/2021. (10 pontos)
- b) Como se configura a responsabilidade do Estado no caso, no que se refere aos danos sofridos por terceiros? Discorra acerca da possibilidade do ingresso de ação regressiva em face da Construtora. (5 pontos)
- c) Que medidas o Estado pode adotar em face da Contratada, em decorrência da inexecução contratual, de acordo com a Lei nº 14.133/2021? (5 pontos)

2. Discorra sobre a norma-princípio do devido processo legal e quais as consequências do seu descumprimento. Destaque, ainda, a distinção entre o devido processo legal substancial e o devido processo legal procedimental (formal).